

NOTA EDITORIAL

A REDIS, Revista de Estudos do Discurso, é uma iniciativa de duas instituições académicas e de investigação parceiras que uniram esforços na concretização de um projeto editorial conjunto: a Universidade de São Paulo, por intermédio das Faculdades de Educação (FEUSP) e de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP) e a Universidade do Porto, por meio da Faculdade de Letras (FLUP) e do Centro de Linguística (CLUP).

Trata-se de uma publicação que reúne trabalhos no domínio dos Estudos Linguísticos do Discurso, facto que justifica a sua designação, pretendendo albergar estudos das diferentes linhas de investigação coexistentes nesta área, reveladoras da heterogeneidade epistemológica do objeto *discurso* e da interdisciplinaridade teórico-metodológica que os investigadores tendem a adotar neste domínio científico.

A revista é uma publicação anual sujeita a peer review e com algumas orientações temáticas por número, inspiradas nos tópicos abordados nas Jornadas Anuais de Análise do Discurso – JADIS - realizadas na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pelas mesmas entidades promotoras da Revista.

O presente volume acolhe artigos subordinados à temática “Discurso, media e ensino”. O discurso dos media funciona como um mecanismo socializador de grande alcance. A codificação linguística e pragmática das ideologias dominantes em discursos com diferentes materialidades – discurso oral, discurso escrito - veiculados em diferentes meios e diferentes géneros – discurso publicitário, discurso jornalístico, discurso humorístico, discurso jurídico, para mencionar apenas alguns - e nas suas diversas possibilidades de interação com o meio - como vestígio de um contexto, mas também como forma de ação sobre ele - está no centro da

atenção de alguns dos trabalhos reunidos neste volume. Por outro lado, ainda, a compreensão do potencial que estes estudos têm para o ensino, para a atuação de professores que enfrentam alunos cada vez mais expostos e condicionados por estes discursos, assume particular saliência noutros trabalhos desta publicação.

Carla Aurélia Almeida, considerando os direitos e deveres que o ato de asserção envolve, tendo como enfoque o valor performativo de todos os atos de discurso, que visam modificar o alocutário nos seus estados epistémicos, emocionais e comportamentais, promove uma análise do uso estratégico do ato de asserção no quadro de uma retórica do consenso, em interações verbais na rádio.

Isabel Duarte e Alexandra Guedes Pinto, trabalhando sobre dois corpora de artigos de opinião e de cartoons da imprensa escrita portuguesa em torno dos conceitos de *troika*, *austeridade* e *crise*, estudam aspetos da modalização linguística visíveis nas ocorrências dos verbos modais *poder*, *dever* e *parecer* e em mecanismos como a ironia, o humor e a derrisão, quando estes se configuram como operadores de envolvimento e de distanciação enunciativa, por parte do sujeito enunciador, relativamente aos estados de coisas que captura e critica.

Elsa Simões Lucas Freitas e Sandra Gonçalves Tuna levam a cabo uma análise de anúncios autênticos, isolando algumas características recorrentes e definidoras do discurso publicitário, no sentido de avaliar a pertinência do uso de textos dos media em contexto escolar e académico.

Isabel Gil, com base num conjunto de textos de opinião em torno da alteração da legislação sobre Interrupção Voluntária da Gravidez, destaca as estratégias de patemização e de convocação/organização de topoí/doxa com vista a um agir sobre o Outro, destacando o forte agonismo que percorreu estes discursos nos media.

Dominique Maingueneau defende a ideia de que a enunciação é partilhada entre dois “regimes de enunciação”: a enunciação aforizante e a enunciação textualizante. Dividindo a

primeira em aforizações “primárias” e “secundárias”, de acordo com o critério de as mesmas funcionarem “destacadas” ou “não destacadas” de um texto, o autor sublinha algumas características pragmáticas da enunciação aforizante e propõe uma divisão das aforizações secundárias, de acordo com o quadro interpretativo que estas convocam.

Isabelle Simões Marques, Fernanda Miranda Menéndez e Isabel Sebastião abordam a questão das ideologias implícitas no ensino português, a partir da análise da Lei de Bases de 1986 e as suas alterações de 1997 e 2005, concluindo que esta legislação está pautada por critérios políticos e ideológicos e que os mesmos vão sofrendo alteração com a mudança de orientações políticas.

Maria Aldina Marques analisa a construção da *responsabilidade enunciativa* num corpus de notícias publicadas em jornais portugueses, avançando com a configuração de dois tipos de responsabilidade, a responsabilidade1 e a responsabilidade2, decorrente dos modos como o locutor convoca outras vozes e lhes dá lugar no discurso. Mostra, ainda, como a *responsabilidade enunciativa* deve ser relacionada com outras vertentes da construção discursiva, com constrições de género e mesmo constrições institucionais, que derivam do facto de um jornal ser um lugar institucional de discursos.

Artur Modolo estuda a inter-relação entre as esferas política e do quotidiano no género digital microblog político dos candidatos à presidência do Brasil, nas eleições de 2010, mostrando como a alternância entre mensagens com um tom informal, próprio da conversação do quotidiano e mensagens densas, que aprofundam o debate com teor sociopolítico, faz ressaltar a heterogeneidade do género microblog.

Ana Pimentel e Fátima Silva, partindo do diagnóstico de um uso lacunar dos Marcadores Conversacionais nas produções orais dos aprendentes de PLE, propõem uma abordagem pedagógico-didática destes mecanismos no ensino-aprendizagem de PLE, através da implementação de um percurso pedagógico de investigação-ação, que favoreça o incremento da competência oral e do uso destes marcadores.

José Portolés, através da inter-relação entre as variáveis *poder*, *distância social* e *grau de imposição*, propõe, no seu estudo, a aplicação de princípios da pragmática, nomeadamente do domínio da cortesia, à análise do fenómeno da censura, mostrando como a intervenção sobre estas três variáveis se torna útil para a evitação do conflito com o censor.

Rui Ramos elabora uma análise das principais linhas de desenvolvimento dos discursos do Presidente da República Portuguesa, Aníbal Cavaco Silva, aquando da sua visita oficial a Timor-Leste, no âmbito das comemorações dos 10 anos de independência do país, em maio de 2012, identificando também os traços mais relevantes da modalização jornalística efetuada por dois jornais nacionais, sobre a situação timorense e os discursos presidenciais.

Catarina Vaz Warrot, no contexto de uma crescente importância da tradução jornalística, explora a relação entre as funções do tradutor e as do jornalista, analisando estratégias adotadas tanto por uns como por outros e revendo alguns exemplos em que os jornalistas, substituindo-se aos tradutores, geram formulações linguisticamente e comunicativamente não adequadas.

Como nota final, gostaríamos de acrescentar que temos a honra de poder incluir, neste número da REDIS, um texto em coautoria da, entretanto desaparecida, colega Fernanda Menéndez, facto que nos enche de orgulho e que dá um valor especial a este número da revista.

Outubro de 2013

Alexandra Pinto

Valdir Heitor Barzotto

REDIS – Revista de Estudos do Discurso

Centro de Linguística da Universidade do Porto

